

## PARECER Nº , DE 2017

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 256, de 2012, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que *altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a implantação de bibliotecas ou laboratórios de informática e de ciências nas escolas públicas de ensino fundamental ou médio.*



RELATORA: Senadora **MARIA DO CARMO ALVES**

### I – RELATÓRIO

Submete-se ao exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 256, de 2012, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional (LDB).

Vazado em três artigos, o projeto prevê, em seu art. 1º, o acréscimo de parágrafo ao art. 25 da LDB para obrigar os sistemas de ensino a assegurar, nos estabelecimentos que oferecem ensino fundamental ou médio, a existência e o funcionamento regular de bibliotecas e laboratórios de informática e de ciências da natureza devidamente equipados. No art. 2º, o PLS concede o prazo de dois anos para que os sistemas de ensino cumpram os dispositivos da lei. O art. 3º estabelece a cláusula de vigência, com início previsto para a data de publicação da norma legal.

A proposição originou-se de sugestão apresentada no âmbito do Programa Senado Jovem Brasileiro, de iniciativa da Jovem Senadora Thalyta Nascimento. Nos termos do art. 102-E, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), combinado com o art. 20 da Resolução nº 42, de 2010, a sugestão foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), que, ao aprová-la, converteu-a em proposição legislativa de sua autoria.

Compete agora a este colegiado emitir parecer sobre o mérito da proposição em tela.

## II – ANÁLISE

O PLS nº 256, de 2012, aborda matéria de natureza educacional e está, dessa forma, sujeito ao exame de mérito da CE, nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

A importância de contar com laboratórios e bibliotecas, equipados e funcionando regularmente, nos estabelecimentos de educação básica, é indiscutível. Trata-se de equipamentos essenciais para assegurar padrão de qualidade no ensino, princípio basilar incluído não só na LDB, mas na própria Constituição Federal (art. 206).

As bibliotecas são a porta de entrada para o conhecimento letrado e a formação de leitores, desde a mais tenra idade. É por meio delas que alunos e profissionais da educação podem ter acesso a obras de literatura, referência e pesquisa, que propiciam tanto a fruição literária quanto a ampliação de seus horizontes de conhecimento.

Da mesma forma, os laboratórios de informática constituem ferramenta indispensável para o acesso ao conhecimento no mundo digital, bem como para a aquisição e o exercício de habilidades e competências básicas no uso das tecnologias de informação e comunicação que se fazem cada vez mais presentes no nosso dia a dia.

Os laboratórios de ciências da natureza, por sua vez, proporcionam a ponte que liga o conhecimento teórico à prática empírica, de modo a consolidar os conhecimentos adquiridos em sala de aula por meio de sua vinculação à vida real e à experiência prática dos alunos.

Ademais, julgamos oportuna a inclusão do dispositivo pretendido pelo projeto no artigo da LDB que determina ser objetivo permanente das autoridades alcançar relação adequada entre o número de alunos e professores, a carga horária e *as condições materiais do estabelecimento*. Trata-se, no conjunto, dos insumos básicos para o já mencionado “padrão de qualidade do ensino”, que tanto vem sendo buscado na educação básica brasileira.

Não temos dúvidas, portanto, de que a proposição que ora analisamos é meritória e, por isso, merecedora de acolhimento por parte

desta Comissão, já tendo, inclusive, sido objeto de relatório favorável da Senadora Ana Rita, no qual nos baseamos para apresentação deste parecer.

### III – VOTO

Em vista do exposto, o voto é pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei do Senado nº 256, de 2012.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora



SF/17385.03008-96